



**Socinal S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.
Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2016

Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes e Investidores.

Os administradores da Socinal S.A Crédito Financiamento e Investimento, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentam suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhado das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

1. A Instituição

O ano de 2016 apresentou-se com momentos e oportunidades relevantes para a Socinal Financeira, e mesmo com todas as dificuldades no cenário econômico a empresa aproveitou a diversidade para colocar em prática seus planos de atuar na prestação de serviços e parcerias ao novo segmento de crédito online que, promovido por *startup* de serviços financeiros, as chamadas *fintechs*, ofertam produtos do sistema financeiro e oxigenam o mercado que há pouco tempo era cativo das instituições financeiras. Num cenário de profunda retração econômica, alto risco e de baixo interesse dos bancos pelo pequeno e médio empresário e até mesmo nas linhas de crédito as pessoas físicas, estas *fintechs* acharam um terreno fértil para lançar-se ao mercado seguindo modelos internacionais de bancarização com uso de novos modelos de intermediação, acesso ao crédito, assessoria financeira, boutiques de investimento e arranjos de pagamento online por meio de plataformas na web e/ou aplicativos para dispositivos móveis. Para tal, estas novas empresas do mundo digital precisam se aliar a uma instituição financeira no país, e é neste contexto que a Socinal Financeira entra se associando e arregimentando parcerias operacionais inovadoras e eficientes que, num período de menos de 12 meses propiciou o surgimento de um canal de originação de operações inovador, proporciona uma fonte atrativa de novos negócios e um jeito novo de prestar um serviço importante e muito demandado pelos novos *players* do sistema financeiro nacional. O ano não acabou por aí, modernizamos nossa sede de modo a atender aos nossos planos de expansão e para melhor acolher nossos colaboradores e clientes. Este espaço físico, na visão desta Administração, representa o primeiro passo para uma mudança de postura de atuação e um novo patamar estratégico para a empresa. Mostra que a Socinal conhece o caminho a ser trilhado e que a estrutura física é o marco na busca da fixação da marca em um novo conceito de serviços de originação de créditos no segmento *fintechs* e de fundos de investimento. Soma-se a isto a atuação focada na regionalização visando ser um player de crédito de destaque e conhecida pelos empresários como uma financeira realmente regionalizada e parceira do empresariado local.

Neste exercício obtivemos um retorno operacional bruto de R\$ 2,3 milhões de Reais antes dos impostos e um lucro líquido antes dos juros sob capital de R\$ 1,03 milhões de Reais. A evolução de nossa carteira de crédito ocorreu de forma mais cautelosa, mas consistente, priorizando o segmento de empresas em produtos como capital de giro com garantia e desconto de duplicatas. A carteira total cresceu 54,39% e chegando a R\$ 66 milhões de Reais neste ano. A captação de recursos por meio da emissão de títulos e valores mobiliários em 2016 apresentou considerável crescimento nos volumes captados chegando ao valor total de R\$ 61,7 milhões de Reais, crescimento de 54,9% em relação ao ano anterior. A crise econômica instalada no País consolidou a oportunidade de conquistar e consolidar novos clientes, tanto aqueles que demandam crédito quanto uma nova classe de investidores, ávidos por encontrar papeis de melhor rentabilidade e com apetite por risco das instituições de menor porte. A estratégia de captação da Financeira esta baseada em corretoras de títulos e valores mobiliários independentes agindo como representantes, na disponibilidade de investimento online através de nossa página na web e pelo canal direto com a instituição.

2. Panorama Econômico e segmentação

A economia brasileira em 2016 continuou numa profunda recessão e que já dura 8 semestres consecutivos de queda do PIB, as finanças públicas chegaram ao final deste ano como um profundo déficit em todos os níveis da federação o que acarretou desequilíbrios macroeconômicos e elevou o nível de ociosidade dos fatores de produção, evidenciados em reduzidos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente na trajetória crescente da taxa de desemprego durante o ano de 2016, afetando diretamente a queda do consumo e o reflexo direto no setor de serviços. Num ano de muitas dificuldades na economia e mudanças políticas importantes, o setor de crédito manteve-se em desaceleração com aumento da taxa de juros em um índice de endividamento crescente da população e das empresas. As perspectivas para o ano de 2017, apesar dos sinais ainda fracos mas alentadores, trazem alguma sinalização de que a recessão está próxima do fundo. As projeções medianas de mercado coletadas semanalmente pelo Banco Central apontam para uma expansão do PIB de 0,5% este ano. Apesar de baixo, há por trás dessa média anual uma significativa aceleração do PIB ao longo dos próximos trimestres. Assim, o ano começaria com uma taxa de crescimento baixa, mas subindo até um ritmo anualizado de 2% no final de 2017, explicando a projeção de alta de 2,2% do PIB em 2018 pelo mercado, com alguns analistas trabalhando com taxas de até 4%.

3. Controles Internos, Gestão de Riscos e Governança Corporativa

A Socinal detém uma estrutura de controles internos compatível com seus processos e procedimentos de segurança operacional, de crédito, de controle de liquidez e da segurança da informação. O comitê de Controles Internos avaliou neste exercício os relatórios de controles internos, os da auditoria interna e externa para o risco operacional e periodicamente os controles eletrônicos e de processos, sempre que demandado, aprovando seu conteúdo e acompanhando as necessidades de ajustes e intervenções visando o controle e a prevenção de riscos.

A Gestão de Riscos se dá através de uma estrutura simples e objetiva onde os integrantes do comitê de controles internos e riscos reúnem-se periodicamente e tempestivamente, deliberando sobre os assuntos pertinentes a normas, procedimentos e ocorrências do risco operacional; sobre a captação, a liquidez, os limites e os preços que são premissas do controle do risco de liquidez, de capital e de mercado; e a avaliação periódica da carteira de crédito e dos principais indicadores de concentração, preços, inadimplência e segmentação, bem como o risco sócio-ambiental atrelado ao destino das operações e de seus tomadores voltados para o controle do risco de crédito e socioambiental nas operações ativas da Socinal.

A Socinal conta ainda com diretrizes de Governança Corporativa que, exercidos pelo comitê de controles internos e risco, visa proteger o patrimônio da entidade, incrementar, sugerir e apoiar ações éticas e de boa governança entre todos os participantes diretos e indiretos da instituição, incentivando, facilitando e monitorando práticas de disclosure adequado em todos os meios formais de comunicação.

Os relatórios de auditoria interna, risco operacional, de crédito, sócio-ambiental, de capital e de controles internos do exercício estão disponíveis em nosso site no endereço: (www.socinal.com.br).

Agradecemos o apoio de todos os acionistas, colaboradores, clientes, investidores e parceiros.

A Administração.

Araruama/RJ.

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Disponibilidades		3.850	590
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	3.650	450
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		3.650	450
Operações de Créditos		24.598	21.016
Operações de Créditos		24.598	21.016
Setor Privado	4	25.871	22.154
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(1.273)	(1.138)
Outros Créditos		7.958	1.556
Diversos	5	7.958	1.556
Outros Valores e Bens		1	10.003
Bens não de Uso	6	-	10.003
Despesas Antecipadas		1	-
Total do ativo circulante		40.057	33.615
Não circulante			
Operações de Créditos		38.411	19.609
Operações de Créditos		38.411	19.609
Setor Privado	4	40.243	20.670
(-) Prov. p/ Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa		(1.832)	(1.061)
		38.411	19.609
Imobilizado Líquido		171	40
Total do ativo não circulante		38.582	19.649
Total do ativo		78.639	53.264

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas explicativas	31/12/2016	31/12/2015
Circulante			
Depósitos	7.1	317	11.157
Depósitos a Prazo		317	11.157
Recursos e Aceites Cambiais	7.2	15.724	4.615
Recursos e Aceites Cambiais		15.724	4.615
Outras Obrigações	7.3	4.752	1.346
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		138	26
Sociais e Estatutárias		795	
Fiscais e Previdenciárias		3.034	1.241
Diversas		785	79
Total do passivo circulante		20.793	17.118
Não circulante			
Depósitos	7.1	8.414	895
Depósitos a Prazo		8.414	895
Recursos e Aceites Cambiais	7.2	37.288	23.199
Recursos e Aceites Cambiais		37.288	23.199
Total do passivo não circulante		45.702	24.094
Patrimônio líquido			
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		144	52
Total do patrimônio líquido	9	12.144	12.052
Total do passivo e patrimônio líquido		78.639	53.264

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>01/07 a 31/12/2016</u>	<u>01/01 a 31/12/2016</u>	<u>01/01 a 31/12/2015</u>
Receita da Intermediação Financeira		10.215	18.724	10.454
Operações de Créditos		9.749	18.051	10.078
Resultado de Oper. c/ Títulos e Vlrs. Mobiliários		466	673	376
Despesas da Intermediação Financeira		(6.807)	(11.498)	(6.441)
Operações de Captação no Mercado		(4.728)	(8.858)	(4.961)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2.079)	(2.640)	(1.480)
Resultado bruto da Intermediação Financeira		3.408	7.226	4.013
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(2.241)	(4.006)	(3.030)
Despesas de Pessoal		(1.311)	(1.782)	(1.366)
Outras Despesas Administrativas	10	(1.002)	(2.155)	(1.035)
Despesas Tributárias		(295)	(508)	(294)
Outras Receitas Operacionais		386	458	85
Outras Despesas Operacionais	11	(19)	(19)	(420)
Resultado Antes da Tributação s/Lucro e Participações		1.167	3.220	983
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.028)	(2.192)	(1.006)
Provisão para Imposto de Renda	8	(566)	(1.207)	(592)
Provisão para Contribuição Social	8	(462)	(985)	(414)
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre/exercício	8	139	1.028	(23)
Juros sobre o Capital Próprio		(936)	(936)	-
Quantidade de ações		9.500	9.500	9.500
Resultado por ação		0,015	0,108	(0,002)

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízo) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	12.000	464	745	-	13.209
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(23)	(23)
Destinações do Lucro:					
Bonificações aos Acionistas	-	-	(1.134)	-	(1.134)
Absorção de prejuízo	-	(412)	389	23	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	12.000	52	-	-	12.052
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.028	1.028
Destinações do Lucro:					
Reservas	-	44	-	(44)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(936)	(936)
Reversão de Reserva Especial de Lucros	-	-	48	(48)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.000	96	48		12.144
Saldos em 30 de junho de 2016	12.000	96	845	-	12.941
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	139	139
Destinações do Lucro:					
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(936)	(936)
Reversão de Reserva Especial de Lucros	-	-	(797)	797	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.000	96	48		12.144

SOCINAL S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais)

	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido	139	1.028	(23)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Depreciação e Amortizações	12	21	18
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.087	906	1.190
Resultado ajustado	1.238	1.955	1.185
Variações nas contas do Ativo e do Passivo			
Redução (aumento) de Operações de Crédito	(8.552)	(23.290)	(6.006)
Redução (aumento) em Relações Interf. e Interdependências	2.250	(3.200)	2.450
Aumento (redução) em Outros Créditos	638	(6.401)	(303)
Aumento (redução) em Outros Valores e Bens	(1)	10.001	(10.003)
Aumento (redução) em Depósitos a prazo	(798)	(3.321)	209
Aumento (redução) de recursos de aceites e emissões de títulos	6.878	25.197	13.155
Aumento (redução) em Outras Obrigações	2.907	3.406	(240)
	3.322	2.392	(738)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.560	4.347	447
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(95)	(151)	(10)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	(95)	(151)	(10)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Distribuição de lucros			(1.134)
Juros sobre o capital próprio	(936)	(936)	-
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento	(936)	(936)	(1.134)
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.529	3.260	(697)
Demonstração do aumento nas disponibilidades			
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período	321	590	1.287
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.850	3.850	590
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.529	3.260	(697)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto quando indicado)

1- Contexto Operacional

A Socinal S.A – Crédito, Financiamento e Investimento é uma instituição financeira de capital fechado e vem operando como instituição de crédito, financiamento e investimento desde abril/2009. A carteira de maior expressão em crescimento operacional é a de crédito ao segmento de pequenas e médias empresas, com destaque nos setores de serviço e indústria, visando fomentar as atividades produtivas nas regiões de atuação. A Instituição vem priorizando a produção de crédito a estes segmentos, abrindo oportunidades relevantes para sua estratégia operacional de atuação focada nas empresas do norte fluminense. A Socinal mantém em seu portfólio operações de crédito ao capital de giro e desconto de duplicatas mercantis. A captação de recursos de terceiros se dá basicamente na emissão de Aceite de Recursos Cambiais - Letras de Câmbio, Recibos de Depósito Bancário – RDB's e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE tipo – I se utilizando da estrutura própria ou terceirizada em corretoras de valores de expressiva idoneidade e penetração no mercado de investidores institucionais. A Socinal ainda não optou por fazer emissões para captações de DPGE tipo – II apesar das condições favoráveis de demanda por estes títulos.

Neste exercício a Socinal passou a operar créditos com características e modalidade de "operações ativas vinculadas", nos termos da Resolução 2921/02, cujo objeto são investimentos em títulos e valores mobiliários registrados nos grupo 4.1.5.00.00.000 subgrupo 4.1.5.10.20.004 e 4.1.5.10.20.005 com direcionamento específicos para crédito escriturados nas contas 1.6.1.20.30.000 e subgrupo 1.6.1.20.30.035 e 1.6.1.20.30.038 em suas demonstrações financeiras.

2- Apresentação das Demonstrações Financeiras e descrição das principais práticas contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que for aplicável. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

Assim, as informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015, foram elaboradas de acordo com instruções específicas do BACEN e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A emissão dessas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

(a) Apuração do resultado

A Socinal apura o seu resultado pelo regime contábil de competência, ajustando o mesmo com a apuração do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável do período.

(b) Caixa

O Caixa é representado pelas disponibilidades em depósitos bancários, utilizado diariamente mediante necessidade da instituição.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registram-se aqui os investimentos dos recursos aplicados no mercado interbancário de curto prazo com liquidez diária (CDI's). O saldo apresentado é o somatório do valor presente de cada investimento, calculado "pro rata die" pelos respectivos indexadores e taxas de juros. Nota (3)

(d) Operações de Crédito

Carteira composta dos produtos de Crédito Pessoal - Consignado em Folha Microcrédito e Crédito Pessoal – 10,96%, Capital de Giro e Desconto de Títulos – 80,80%, Empréstimo na modalidade de Operações Ativas Vinculadas – 6,67% e Financiamento Imobiliário – 1,57%. Desse total, 4,70% estão provisionados como créditos de liquidação duvidosa. Todas as operações de crédito possuem classificação de risco definida e normatizada dentro das premissas estabelecidas pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional – CMN e são regidas por uma política de crédito aprovada e editada pela administração levando-se em consideração: os limites operacionais legais; as condições microeconômicas e setoriais do devedor, sua situação econômico-financeira e os riscos específicos de cada operação; suas garantias e seus garantidores. A classificação das operações vencidas segue estritamente os critérios definidos no artigo 4º da mesma Resolução. (Nota 4).

(e) Outros Créditos

Valores correspondentes ao saldo de adiantamento a funcionários, devedores diversos – país e os impostos e contribuições a compensar. (Nota 5)

(f) Outros Valores e Bens

Valores relativos a realização de garantias, na forma de dação de pagamento, advindas de baixa de financiamentos imobiliários com a respectiva retomada dos imóveis, para posterior realização. A instituição vem conduzindo a formalização adequada para esses processos e ao abrigo da Circular BACEN nº 1273. Esses imóveis foram submetidos a avaliação de profissionais por meio de contratação de empresa especializada. (Nota 6)

(g) Imobilizado

Para a depreciação do seu ativo imobilizado utiliza-se o método de cálculo linear, com base na taxa anual de 10% para instalações e móveis e equipamentos de uso, e de 20% para os sistemas de processamento de dados e de transporte.

(h) Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Demonstrados por valores conhecidos, considerando nestes os encargos incorridos com base em cálculo "pro rata die", deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, e/ou atualização por correção monetária, quando aplicável. Incluídos neste contexto os saldos das contas Depósitos a Prazo, Recursos de Aceites Cambiais, Empréstimos no País – Outras Instituições e, Outras Obrigações. (Nota 7)

(i) Imposto de Renda, Contribuição Social e demais Tributos.

No 2º semestre de 2016 e no 2º semestre de 2015 foram constituídas as provisões para o imposto de renda à alíquota-base de 15% do resultado tributável, acrescida do adicional de 10%, e a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado foi constituída à alíquota de 20%, conforme Regulamento do Imposto de Renda e atualizações.

<u>Tributos</u>	<u>Alíquota</u>
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	20% ¹
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%

A MP nº 627/2013, convertida na Lei nº 12.973 de 13.05.2014, trouxe a adaptação da Receita Federal do Brasil às regras do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as empresas do Lucro Real e Lucro Presumido, segundo as novas práticas contábeis brasileiras introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, que tornaram obrigatórios os padrões internacionais de contabilidade do IFRS para todas as empresas do País.

As novas regras entraram em vigor a partir de 01/01/2015, não optando a instituição pela adoção antecipada no ano-calendário de 2014, por não se enquadrar em nenhum benefício fiscal. A instituição não prevê impactos significativos dos efeitos da nova legislação sobre as suas demonstrações contábeis, mantendo a neutralidade tributária estabelecida pelo Regime Tributário de Transição (RTT). (Nota 9)

¹ A partir de setembro de 2015, a Lei 13.169/2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, elevando a alíquota da CSLL, para: 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018, e 15% a partir de 1º/01/2019.

3- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Demonstrativo simplificado do saldo:

Cert. Dep. Interbancário	31/12/2016	31/12/2015
Banco Paulista	3.000	450
Banco Bradesco	650	-
Total	3.650	450

4- Operações de Crédito

Quadros demonstrativos contendo a distribuição das carteiras de créditos por setor e atividade econômica, composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, e operações lançadas para prejuízo.

ATIVIDADE ECONOMICA	VENCIDA	A VENCER						Dez-2016	Dez-2015
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
SETOR PRIVADO	5.420	13.184	18.013	20.128	6.681	2.688	-	66.114	42.823
INDUSTRIA	-	83	54	144	54	-	-	335	713
COMÉRCIO	1.152	3.744	3.958	7.327	2.564	138	-	18.883	12.204
OUTROS SERVICOS	4.024	4.093	7.000	7.821	2.866	1.216	-	27.020	22.938
PESSOA FÍSICA	244	5.264	7.001	4.836	1.197	1.334	-	19.876	6.968
TOTAL	5.420	13.184	18.013	20.128	6.681	2.688	-	66.114	42.823
Ativo Circulante								25.871	22.153
Ativo Não Circulante								40.243	20.670

POR TIPO DE PESSOA

TIPO DE PESSOA	VENCIDA	A VENCER						Dez-2016	Dez-2015
		ATE 3 M	3 A 12 M	12 A 36 M	36 A 60M	60 A 180M	180M <		
PJ	5.176	7.920	11.012	15.292	5.484	1.354	-	46.238	35.855
PF	244	5.264	7.001	4.836	1.197	1.334	-	19.876	6.968
TOTAL	5.420	13.184	18.013	20.128	6.681	2.688	-	66.114	42.823

POR REGIAO

REGIAO	Dez-2016	Dez-2015
NORTE	-	-
NORDESTE	-	-
CENTRO-OESTE	-	-
SUL	-	-
SUDESTE	66.114	42.823
TOTAL	66.114	42.823

POR PRODUTO

CARTEIRAS	Dez-2016	Dez-2015
CONSIGNADO/CRÉDITO PESSOAL	7.243	4.497
EMPRÉSTIMOS OPERAÇÕES ATIVA VINCULADAS	4.412	-
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO	1.038	83
CAPITAL DE GIRO/TÍTULOS DESCONTADOS	53.421	38.243
TOTAL	66.114	42.823

Saldo da carteira	2016/12	% Concentração	Provisão	% Provisão
Ops Ativas Vinculadas	4.411	7%	25	0,57%
Total da Carteira	66.114		3.105	4,70%

Ticket Médio da carteira - 2016/12	Nº operações	Ticket Médio	Prz Originação	Duration
Ops Ativas Vinculadas	181	25	24 meses	9 meses
Total da Carteira	1.293	48	36 meses	34 meses

RISCO	PROVISÃO	Dez-2016		Dez-2015	
		Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
AA	0%				
A	0,50%	48.236	241	33.243	166
B	1,00%	7.882	79	2.450	25
C	3,00%	2.100	63	4.109	123
D	10,00%	5.392	537	429	43
E	30,00%	169	51	1.001	300
F	50,00%	77	39	80	40
G	70,00%	542	379	29	20
H	100,00%	1.716	1.716	1.482	1.482
TOTAL		66.114	3.105	42.823	2.199
Ativo Circulante		25.871	1.273	22.153	1.138
Ativo Não Circulante		40.243	1.832	20.670	1.061

OPERAÇÕES LANÇADAS PARA PREJUÍZO

SALDO 2º SEM 2015	3.211
BAIXAS PARA PREJUÍZO	1.462
RENEGOCIADAS	-
RECUPERADAS	(181)
SALDO FIM 2º SEM 2016	4.854

5- Outros Créditos.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
¹ Adiantamento e Antecipações Salariais	420	208
² Adiantamento a Fornecedores	112	-
³ Cheques a Receber	203	150
⁴ Impostos e Contribuições a Compensar	1.076	551
⁵ Devedores Diversos – País	590	647
⁶ Títulos e Créditos a receber	5.557	-
Total	7.958	1.556

¹ Saldo da conta Adiantamento e Antecipações Salariais em decorrência da distribuição de lucro no mês de encerramento do semestre.

² Adiantamento realizado a fornecedores referente a nova infraestrutura da sede, na qual será dado quitação na conclusão do serviço contratado.

⁴ Representada por impostos e contribuições antecipadas para compensação futura.

⁵ Representado de valores a receber de repasses os órgão referente a operações de crédito consignado.

⁶ Saldo transferido da conta Bens não de Uso recebido conforme orientação do Bacen.

6- Bens não de Uso Próprio

Em 31 de dezembro de 2016, estão assim demonstrados:

Natureza	Saldo 31/12/2016	Saldo 31/12/2015
Imóveis	-	10.003

Os saldos existentes na conta “Bens não de Uso Próprio em 31/12/2015, foram reclassificados no 1º semestre de 2016 para a conta “Títulos e Créditos a Receber”, conforme solicitação através de Ofício Bacen nº 9698/2016 BCB/Desuc fundamentado por Contrato de Cessão de Direitos Aquisitivos entre as empresas Cedentes e Cessionárias.

7- Passivo Circulante e Exigível à Longo Prazo

Os valores registrados nos subgrupos estão representando as rubricas abaixo descritas.

7.1 Depósitos à Prazo

	31/12/2016	31/12/2015
RDB - Recibo de Depósito Bancário	6.155	3.033
DPGE - Depósito Prazo c/ Garantia Especial	2.576	9.019
Total	8.731	12.052
Passivo circulante	317	11.157
Passivo não circulante	8.414	895
Total	8.731	12.052

7.2 Letras de Câmbio

	31/12/2016	31/12/2015
LC - Recurso de Aceite Cambial	53.012	27.814
Total	53.012	27.814
Passivo circulante	15.724	4.616
Passivo não circulante	37.288	23.198
Total	53.012	27.814

7.3 Outras Obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
(i) Cobrança e Arrecadação Tributárias	138	26
(ii) Juros sobre o Capital Próprio	795	-
(iii) Fiscais e Previdenciárias:	3.034	1.241
IRRF sobre juros ao capital	140	-
IRPJ a recolher	1.397	592
CSL a recolher	1.188	414
Impostos e contrib. s/serviços de terceiros	10	3
Impostos e contrib. s/salários	218	183
Outros	81	49
(iv) Diversas (a)	786	79
Total (i+ii+iii+iv)	4.753	1.346

(a) Valores referentes à provisão de férias, repasses e outras obrigações.

8- Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Resumo da apuração do IRPJ e CSLL, conforme RIR/99.

Cálculo IRPJ e CSLL		31/12/2016	31/12/2015
7.0.0.00.000 - Receitas	(+)	19.182	10.540
8.0.0.00.000 - Despesas	(-)	(15.962)	(9.556)
Resultado antes do I.R. e C.S.		3.220	984
Juros sobre o capital próprio		(936)	-
Adições	(+)	2.641	1.480
Exclusões	(-)	-	-
Base tributável		4.925	2.464
I.R.	15%	738	370
I.R. Adicional	10%	469	222
IRPJ Devido		1.206	592
CSLL Devida	20%	985	414
Lucro do exercício		1.029	(23)

A Lei 13.169/2015, a partir de setembro de 2015 alterou o artigo 3º da Lei 7.869/1988, para elevar a alíquota da CSLL, para 20% no período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018.

9- Patrimônio Líquido

Capital Social: subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 está representado por 9.500.000 de ações no valor de R\$ 1,26 cada uma, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal. Os saldos da conta Lucros e Prejuízos Acumulados R\$ 144 mil, mais o saldo do Capital Social (R\$ 12.000 mil), compõem o total do Patrimônio Líquido da Instituição.

Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Juros sobre capital próprio/Dividendos: Conforme o artigo 20 do estatuto, os lucros líquidos terão a destinação que lhes for determinada pela Diretoria, observando o disposto na Lei 6.401/76. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração deliberou o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 936 mil, relativo ao resultado do segundo semestre.

O valor pago a título de juros sobre capital próprio está sujeito à alíquota de 15% de Imposto de Renda na Fonte. Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Instituição, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio. Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados a variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionado à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reserva de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi registrado em conta de Despesas de Juros sobre o Capital Próprio, e, para fins de elaboração destas demonstrações financeiras, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio no primeiro semestre de 2016.

O Patrimônio Líquido está assim apresentação:

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio Líquido	12.144	12.052
Capital Social	12.000	12.000
¹ Reserva de Lucros	144	52

¹ Redução relativa a compensação do prejuízo do segundo semestre de 2016.

10- Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesa de Água, Energia e Gás	14	24	12
Despesa de Aluguéis	57	144	136
Despesa de Comunicação	12	29	11
Despesa de Manutenção e Conservação	9	164	3
Despesa de Material	7	14	3
Despesa de Processamento de Dados	191	299	179
Desp. Propaganda e Publicidade / Rel. Públicas	12	63	96
Despesa de Serviços do Sistema Financeiro	51	95	70
Despesa de Serviços de Terceiros	159	273	146
Despesa de Serviços de Vigilância e Segurança	1	2	1
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	366	725	231
Despesa de Transporte	1	4	
Despesa com Viagens	31	59	38
Outras Despesas Administrativas	80	240	91
Despesa de Depreciação	11	20	18
Total	1.002	2.155	1.035

Composto significativamente por despesa com Processamento de Dados, Consultoria Jurídica e Financeira.

11- Outras Despesas Operacionais

	01/07 a 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Outras Despesas Operacionais	19	19	420

Despesa decorrente de descontos em operação de empréstimos e créditos baixados como prejuízo, com período superior a 5 anos.

12- Basiléia

Limites Operacionais

Adequação ao novo acordo de capitais (Basiléia III)

A partir de 1º de Outubro de 2013 entrou em vigor a terceira fase do acordo de Basileia com as novas regras que consolidam no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras. Conhecidas em seu conjunto por Basileia III (BIII) e editadas pelo Conselho Monetário Nacional em Março de 2013 as Resoluções 4.192 e 4.193 e os demais conjuntos de normativos regulam e definem as novas regras que buscam aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras de absorver choques, fortalecendo a estabilidade financeira e a promoção do crescimento econômico sustentável. O aumento da quantidade e qualidade do capital regulamentar mantido por instituições financeiras visa a reduzir a probabilidade e a severidade de eventuais crises bancárias, e os seus consequentes custos para a economia real.

12.1 - INDICADORES DE RISCO (BASILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

Descrição	Dez-2016	Dez-2015
Patrimônio de Referência - Nível I	12.144	12.052
Instrumento Híbrido de Capital		
Patrimônio de Referência - Nível II		
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	12.144	12.052
Patrimônio de referência (a)	12.144	12.052
<u>Alocação Capital por risco</u>		
RWAcpad - crédito	54.950	32.427
RWAmint - Mercado	0	0
RWAopad - operacional	9.690	8.005
Patrimônio de referência exigido (b)	6.383	4.448
Margem (a - b)	5.761	7.604
Rban - Juros carteira não negociável (c)	852	289
Margem (a - b - c)	7.235	4.737
Ativo ponderado pelo risco (*) (d)	64.640	40.432
Índice de Basiléia (a/d)	18,79%	29,81%

(*) A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração das parcelas do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

Para apuração do índice de Basiléia, adotou-se a seguinte fórmula:

$$Basiléia = \left(\frac{pre}{rwa} \right) \times 100$$

12.2 - DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA - BASILÉIA III

Conta DLO		2016
101	Patrimônio de referência para comparação com o rwa	12.144
100	Patrimônio de referência (PR)	12.144
105	EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0
107	CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COMO SETOR PÚBLICO	0
900	Ativos ponderados por risco (rwa)	64.639
700	Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - rwacpad	54.950
770	Rwa para risco de mercado	0
870	Rwa para risco op. abordagem padronizada - rwaopad - (bia)	9.690
950	Margem sobre o patrimônio de referência requerido	5.760
910	Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa	6.383
951	Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	8.265
103	Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	12.144
110	Patrimônio de referência nível i	12.144
920	Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	3.878
952	Margem sobre o capital principal requerido	9.235
104	Capital principal para comparação com rwa	12.144
111	Capital principal – cp	12.144
930	Capital principal mínimo requerido para o rwa	2.908
953	Margem sobre o PR considerando a Rban	4.909
911	Patrimônio referência mínimo requerido para o rwa e para Rban	7.234
890	Valor correspondente ao Rban	852
931	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis cap complementar	3.312
932	Capital principal mínimo requerido instrum. elegíveis nível ii	2.908
940	Adicional de Capital Principal - Mínimo requerido para o RWA	807
941	Margem para verificação do Adicional Capital Principal	4.909
942	Adicional de conservação do Capital Principal	403
943	Adicional contracíclico de Capital Principal (RWA Não Público e Não Bancário)	403
944	Adicional sistêmico de Capital Principal	0
954	Margem sobre adicional de Capital Principal	4.101
960	Margem ou Insuficiência Limite de imobilização	5.901

A partir de 1º de outubro de 2013, através das Resoluções nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.

A apuração dos requisitos mínimos de capital passa a ser estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras:

- I. 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;
- II. 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento; e
- III. 9,875% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Gerenciamento de risco

A gestão de riscos da Socinal é resultado do esforço constante de modernização dos processos integrados há ações de controle sistêmicos e gerenciais, de forma a contemplar risco de mercado, risco de crédito, de liquidez, operacional e adequação de Capital aos negócios da instituição, mantendo-os dentro dos limites legais e prudenciais de mercado. A área de gestão de riscos está subordinada ao comitê de Controles Internos da instituição (CCI) constituído dos acionistas que analisam e deliberam semestralmente os relatórios da área.

I - Risco de Mercado – A Socinal utiliza de políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado, com limites operacionais e de exposição definidos em normativos específicos e aprovados pelo comitê de controles internos e risco, dentro de critérios aceitáveis e compatíveis com a estrutura patrimonial da instituição, controlados e gerenciados periodicamente pela área de compliance e risco. A instituição, até o presente momento, não tem posições ativas em moeda estrangeira, índice de preços ou taxas flutuantes. Seus ativos de crédito são classificados na carteira de **não** negociação, a taxas prefixadas e seus passivos são remunerados a taxas pré-fixadas ou atrelados à variação do CDI (certificado de depósito interbancário). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado previsto no art. 6º da Resolução CMN 3464/07, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

II - Risco de Crédito - As ações que norteiam as políticas de risco de crédito baseiam-se em regras de concessão, limites operacionais, controles sistêmicos, critérios de classificação de clientes, análise da evolução da carteira, “*credit score*” e níveis de inadimplência e taxas de retorno. Adota-se a prática de constituição de provisões para perdas de crédito para cada operação considerando a classificação do cliente e condição de atraso da operação. Todas as operações são classificadas por alçada e submetidas ao comitê de crédito respectivo para avaliação qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, da operação e do grupo econômico. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito previsto no art. 7º da Resolução CMN 3721/09, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br.

III - Risco de Liquidez - A política de gestão do risco de liquidez visa administrar e prover a solvência da instituição estabelecendo os parâmetros mínimos de caixa a serem observados e mantidos, bem como as ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. O acompanhamento diário visa mitigar possíveis descasamentos dos prazos, permitindo, se necessário, ações corretivas. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez previsto no art. 6º da Resolução CMN 4090/12, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

IV - Risco Operacional – A gestão do Risco Operacional é de grande relevância dentro da instituição devido aos inúmeros processos manuais e de controle advindos de diversas linhas de produtos e serviços oferecidas em seu portfólio. A melhoria dos controles e internos e o treinamento e suporte às áreas de negócio tem permitido que a gestão do risco operacional contribua para o aprimoramento da eficiência operacional e conseqüentemente na redução do comprometimento do capital. Quanto à segurança da informação a instituição conta com processos adequados e compatíveis com seu porte no tocante a geração e guarda de backups e documentação de suas operações. A Socinal adota a abordagem padronizada alternativa simplificada para efeito de apuração da parcela de patrimônio de referência exigido para risco operacional (Popr). A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional previsto na Resolução CMN 3380/06, bem como o relatório anual fruto deste trabalho, estão disponíveis em nosso site www.socinal.com.br

V - Risco de capital – A Socinal estabeleceu suas diretrizes e regras para a estrutura e o gerenciamento do capital com base na Resolução do CMN 3988/2011. Todo o processo visa: (a) monitoramento e controle de capital mantido pela instituição; (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que o grupo está sujeito; e (c) o planejamento de metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e mantendo uma postura proativa, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições do mercado. As operações realizadas pela instituição se caracterizam como “banking” e sua tesouraria está dedicada à remuneração do capital próprio e a prestação de serviços aos clientes. Tais operações não são realizadas com intenção de negociação ou de hedge das referidas posições, portanto, não se enquadram no conceito de Carteira de Negociação nos termos da definição do Banco Central do Brasil – BACEN. O gerenciamento de riscos das operações da Socinal são realizados por meio de políticas internas e de seus comitês de controle internos (CCI) e comitê Executivo de Negócios (CEN), que com base nos normativos (NP’s) monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos operacionais, de mercado, liquidez e crédito. Para tal se utiliza de: 1- Modelo proprietário de orçamento e fluxo de caixa, provisões e indicadores de performance; e modelo proprietário de acompanhamento de risco de mercado e precificação das carteiras ativas e passivas a preços de mercado, viabilidade de cenários e teste de

estresse definidos na Circular Bacen 3365/07 e usados para mensurar o risco da variabilidade das taxas de juros. As premissas e parâmetros para a gestão dos risco de crédito, operacional, socioambiental, de mercado e de capital estão disponíveis em nosso site no endereço www.socinal.com.br.

VI - Risco Socioambiental – Atendendo às disposições da Resolução nº 4327 do Banco Central do Brasil de 25/04/2014, a qual dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Socinal aprovou em julho de 2015 sua política de gestão do risco socioambiental e adotou o critério de atuar com responsabilidade social e agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável. A política aprovada, a estrutura e a gestão destes riscos estão detalhados em nosso site www.socinal.com.br em normativos internos. Os controles internos e os relatórios anuais estão disponíveis aos auditores externos e ao Banco Central do Brasil.

DIRETORIA

Ângela Maria Martins da Silva
Maria Madalena América Marinho

CONTADORA

Vanessa Pires Antunes
CRC RJ: 086427/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
SOCINAL S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCINAL S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são

consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2017.



Consult Audi Auditoria & Consultoria Empresarial
CRCMG – 007153/O-0

José Miguel Barros de Rezende
Contador CRCMG 056269/O-1